

**AUTOR(ES):** GILVAN DE JESUS SOUZA, KARLAS FERREIRA MENDES e KÊNIA APARECIDA SANTOS MOREIRA DIAS.

**ORIENTADOR(A):** TÂNIA MARTA MAIA FIALHO

## “MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO” UMA ANÁLISE PANORÂMICA PARA O MERCADO DE TRABALHO COM ÊNFASE NO CENÁRIO BRASILEIRO NO CORTE TEMPORAL DE 2010-2020

### Introdução

A absorção da força de trabalho das mulheres no mercado de trabalho é um tema emergente na sociedade contemporânea. Estudar esse tema reflete em grau de importância à capacidade de, por meio dos estudos, proporcionar alternativas para o problema da desigualdade de gênero.

Ainda persistem muitas diferenças nas relações de trabalho entre os sexos, que, embora possam ter apresentado alguma melhoria nas últimas décadas, ainda encontra-se distante de uma situação de equidade, dado que o tema ainda é relativamente novo.

Foi ao “fim do século XIX e primeiras décadas do século XX” com a ascensão no processo de industrialização e urbanização que o Brasil experimentou “mudanças significativas nas estruturas econômicas, sociais e políticas”. Com o êxodo rural<sup>1</sup>, e consequente, a crescente procura por trabalho e a consolidação do sistema capitalista, a mão de obra feminina passa a ser encarada como potencial (MÉNDEZ, 2005, p. 58).

A presença das mulheres no mercado de trabalho brasileiro é crescente a partir dos anos 70, e a sua permanência mesmo em décadas caracterizadas pelo elevado nível de desemprego e crise econômica, como foram os anos de 1980 é notório. Todavia, sua inserção é, inicialmente, restrita a áreas de serviços sociais, trabalho doméstico e nas ocupações mais vulneráveis, marcada por extensas diferenças salariais e subvalorizada, o que as condicionava a uma “reduzida exigência de qualificação profissional” (CESIT/IE, 2017, p. 18).

Desde os escritos iniciais dos economistas clássicos, o conhecimento e o aprendizado ganha importância como fator preponderante do comportamento do mercado de trabalho. Assim, tanto o gênero como o conhecimento, são fatores que podem influenciar o mercado de trabalho. A curiosidade sobre como o mercado de trabalho no Brasil se comportou em relação a essas duas variáveis, foi a motivação inicial para realização deste estudo.

Objetivo: Analisar o comportamento da ocupação da mão de obra feminina mercado de trabalho, com ênfase no cenário brasileiro, no período 2010-2020, considerando os aspectos de desigualdade de gênero e nível educacional.

### Material e Métodos

A metodologia para o desenvolvimento deste estudo envolve a análise descritiva, de dados e tabulação, com as seguintes etapas.

#### 6.1. Pesquisa Bibliográfica:

1

“(…) a partir da década de 1960, com a expansão industrial e o êxodo rural o que se evidencia é um deslocamento da força de trabalho agrícola para os grandes centros urbanos, a evolução das mulheres na área rural se desacelerou frente ao crescimento considerável no setor terciário resultado dos processos migratórios, enquanto isso, se consolidava forte presença masculina no setor secundário da economia. O perfil da indústria em expansão possibilitado pelos vultuosos investimentos realizados nos anos de 1950 fez emergir novos setores que atraíram mão de obra masculina da agricultura para as atividades urbanas. Ou seja, um primeiro momento de grande expansão da estrutura produtiva marcadamente nos anos de 1950 promoveu-se crescimento dos empregos mais caracterizados com o sexo masculino, enquanto que os segmentos tipicamente femininos como o setor têxtil e de vestuário cresceram em ritmo menor absorvendo menor número de trabalhadoras. Por outro lado, o grande crescimento dos estabelecimentos comerciais decorrentes desse período de expansão da indústria e dos grandes centros urbanos facilitou o ingresso massivo de mulheres para áreas que absorveram um perfil de trabalho associado ao pequeno comércio, aos serviços pessoais e o trabalho doméstico. A população rural expulsa do campo pela modernização conservadora encontrou emprego na cidade preferencialmente nessas áreas” (CESIT/IE, 2017, p.19).

Realização de pesquisa bibliográfica para entendimento do tema, para construção do referencial teórico e de revisão de literatura empírica.

## 1. 2. Levantamento da base de Dados:

Pesquisa junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD contínua e junto à *datadase* do Banco Mundial para realização do estudo empírico. Com os dados levantados será realizada a análise descritiva das principais variáveis consideradas como relevantes para o estudo, bem como o estudo do comportamento do emprego e do grau de formação da força de trabalho feminina no mercado.

## Resultados e Discussão

O estudo permitiu a percepção de que, se para ocupação de um determinado cargo um indivíduo é beneficiado pelo seu sexo, enquanto outro é prejudicado por ser de um sexo oposto há presença de discriminação. Realidade de muitas mulheres no Brasil, que em alguns casos possuem até mais formação do que os homens.

De acordo com as estatísticas de gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como mostra a imagem 1. para o censo demográfico de 2010, aproximadamente uma década atrás 11,3% da população brasileira com vinte e cinco anos ou mais possuíam ensino superior completo. Dessa população total, 12,5% das mulheres possuíam ensino superior completo, em contraste a 9,95% dos homens. O mesmo censo aponta que a população feminina total é maior que a masculina cerca de 3,9 milhões de pessoas uma escala de cerca de 95,9 homens para cada 100 mulheres. Ou seja, além de maior que a população brasileira total de homens, a população brasileira total de mulheres possuía, já na época, maior percentual de mulheres com ensino superior completo maior que o percentual de homens. A “vantagem educacional das mulheres” é marcada não somente no ensino superior, como no ensino básico. Isso se dá segundo o IBGE (2018) “ a partir da análise de indicadores que mensuram o atraso escolar e o nível educacional da população adulta” mensurados pela taxa de frequência escolar líquida ajustada.

No ano de 2016, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) *apud* IBGE (2018) as estatísticas de gênero apontam que a população brasileira com vinte e cinco anos ou mais que possuíam ensino superior completo aumentou cerca de quatro pontos percentuais, a população das mulheres que possuíam ensino superior completo em relação a população total de mulheres 4,4 pontos percentuais e a população dos homens que possuíam ensino superior completo em relação a população total de homens 3,55 pontos percentuais.

Segundo o IBGE, no último trimestre de 2016 as mulheres representavam 51,6% do total da população brasileira, entretanto, apenas 37,87% delas estavam ocupadas na força de trabalho nesse período. Em relação rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, de todos os trabalhos, a preços médios, a PNAD Contínua mostra que enquanto os homens tiveram um rendimento médio nominal de R\$ 2.198,00, as mulheres só alcançaram R\$ 1.711,00, ou seja, 22,16% menor. Mesmo que estejam empregadas, as mulheres enfrentam diversas formas de segregação em termos de setor, ocupação ou restrições diversas a empregos de qualidade e com melhor remuneração.

Não se trata apenas de uma mera desigualdade, ampliar a participação da mulher no mercado de trabalho pode significar além da quebra de padrões estruturais, o aumento do produto interno bruto. E o investimento em capital humano pode ser a chave para aumento da produtividade, otimização dos processos produtivos, e determinante na redução da desigualdade de gênero e na discriminação ocupacional (WONDON & BRIERE, 2018).

Considerando desigualdade de gênero no mercado de trabalho, o que traduzem os dados, ser a diferença percentual entre profissionais do sexo feminino e do sexo masculino em relação a força de trabalho total da sociedade, é possível evidenciar de acordo com os *metadados* do Banco Mundial (2020), para o ano de 2019, que ~96,58% dos países elencados na base de dados do banco possuem um percentual de ocupação da mão de obra feminina na força de trabalho inferior a 50% da força de trabalho, sendo que, 11,8% destes não possuem dados da força de trabalho elencados por gênero.

Para a mesma base de dados mencionada no parágrafo anterior, dentre os 3,42% dos países com ocupação da mão de obra feminina na força de trabalho superior a 50% da força de trabalho, temos no filtro da imagem 2 elencados os cinco países com maior participação feminina na força de trabalho, junto aos dados do Brasil em que essa participação é igual a 43,58% da força de trabalho total, e os cinco países com menor participação feminina, sendo que para este último grupo não foram levados em consideração os dados zerados que correspondem à porcentagem de países que não possuem esse detalhamento de dados.

## Conclusão/Conclusões/Considerações finais

Em parâmetros gerais percebe-se que embora seja inferido capital humano às mulheres, escolaridade, grau de instrução, as oportunidades ainda não são as mesmas que os homens. Evidência disso é que, no primeiro trimestre de 2020 os rendimentos médios nominais das mulheres, no Brasil, foram 22,49% menores que os dos homens, diferença 1,14 pontos percentuais maiores que o primeiro trimestre de 2017.

O estudo supõe, em consonância com os dados anteriormente mencionados, que a população feminina com ensino superior completo é superior a de homens, e que a maior parte do mercado de trabalho formal é composta por homens, mesmo assim a ocupação da mão de obra feminina é subvalorizada, uma vez que elas possuem maior qualificação em um parâmetro geral, e mesmo assim menores remunerações.

Há de acreditar-se que, se com a inferência do fator educacional à população brasileira nos últimos dez anos houve melhorias nos indicadores de ocupação da mão de obra feminina no mercado de trabalho. Com maiores incentivos à educação, no Brasil, é possível garantir que as mulheres alcancem cada vez mais, mais e melhores postos de trabalho.

## Referências

CESIT/IE - CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E ECONOMIA DO TRABALHO. **As mulheres e o mercado de trabalho** In. Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica. Instituto de Economia - UNICAMP, São Paulo, 2017. Disponível em <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Caderno-3-web.pdf>> acesso em 28 Set. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. 2010. Disponível em:

<<<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,1,2,-2,3,4,13,48,128&ind=4699>>> Acesso: 07 de junho de 2020 às 20:45 horas.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. 2010. Disponível em:

<<<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas&view=noticia>>> Acesso: 07 de junho de 2020 às 21:00 horas.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estatísticas de gênero** : indicadores sociais das mulheres no Brasil. Folheto. Biblioteca virtual IBGE. Rio de Janeiro. 2018. V. 38. Disponível em: <<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf)>> Acesso: 07 de junho de 2020 às 21:40 horas.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em:

<<<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5917#resultado>>> Acesso 11 de junho de 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em:

<<<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4093#resultado>>> Acesso 11 de junho de 2020.

MÉNDEZ, NATALIA PIETRA. **Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo**. Mulher e Trabalho. V. 5 (2005). Disponível em:

<<https://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2712/3035>> acesso em: 05 Nov. 2019.

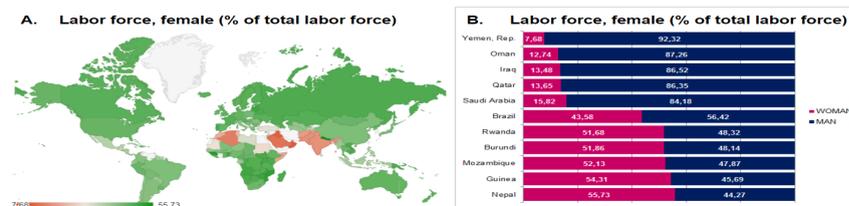
The World Bank. DataBank – Gender Statistics. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/source/gender-statistics#>> Acesso em: 13 de setembro de 2020.

“Wodon, Quentin T.; de la Brière, Bénédicte. 2018. **Unrealized Potential** : The High Cost of Gender Inequality in Earnings. The Cost of Gender Inequality. Washington, DC: World Bank. © World Bank. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/29865>> Acesso em: 11 de junho de 2020.

**Imagem 1.** Metadados para força de trabalho por sexo. Elaboração própria vide dados do Censo Demográfico de 2010.



**Imagem 2.** Metadados para força de trabalho por gênero para o ano de 2019. Elaboração própria vide *databank, Gender Statistics. The World Bank (2020)*. Notas: **A.** Dados para o ano de referência de 2019, para os países de referência vide ilustração acima; **B.** Filtro de dados para metadados vide gráfico A de referência, levando em consideração os cinco países com maior participação feminina na força de trabalho total do país de referência, os cinco países com menor participação e o Brasil que não se enquadra em nenhum dos dois casos.



# 14<sup>o</sup> FEPEG

FÓRUM DE ENSINO, PESQUISA EXTENSÃO E GESTÃO

Realização:



Apoio:



“O conhecimento (re)Visitado:  
Novos desafios para a Universidade”

ISSN: 1806-549X